

# **I CONGRESSO CRIM/UFMG**

## **MULHER, POLÍTICA E DEMOCRACIA**

---

M956

Mulher, política e democracia [Recurso eletrônico on-line] I Congresso CRIM/UFMG: UFMG – Belo Horizonte;

Organizadores: Luiza Martins Santos, Mariana Karla de Faria e Raíssa Emmerich Santana - Belo Horizonte: UFMG, 2021.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-364-1

Modo de acesso: [www.conpedi.org.br](http://www.conpedi.org.br) em publicações

Tema: Gênero, feminismos e violência.

1. Gênero. 2. Política. 3. Democracia. I. I Congresso CRIM/UFMG (1:2021: Belo Horizonte, MG).

CDU: 34

---



# I CONGRESSO CRIM/UFMG

## MULHER, POLÍTICA E DEMOCRACIA

---

### **Apresentação**

O CRIM/UFMG é um Programa de extensão universitária da UFMG sobre violência de gênero, proveniente do Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão em Crimes Contra a Mulher criado em 2019 por um grupo de estudantes universitárias da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que perceberam a necessidade de ampliar o espaço de debates, denúncias e enfrentamento da violência de gênero dentro da instituição.

O objetivo do Programa é trazer para o grande público questões relevantes referentes ao combate à violência de gênero de forma didática e acessível, de modo a contribuir em diferentes perspectivas, a partir da atuação estudantil em frentes com Profissionais de Saúde, Educação, Infância e Juventude bem como na abordagem de acolhimento de migrantes e refugiadas. Dessa forma, entende-se a necessidade de se desenvolver atividades – que não se limitem ao espaço acadêmico - por meio da criação grupos de estudos, eventos, campanhas de conscientização sobre o tema, além de ministrar oficinas, cursos e capacitação que abordem os diversos tipos de violências de gênero numa perspectiva de promoção da igualdade de gênero. Nesse sentido, o Programa, a partir de uma construção coletiva, busca romper com a cisão criada em uma sociedade desigual e assim, colocar como sujeitos políticos grupos historicamente marginalizados.

Nessa perspectiva, o I Congresso CRIM / UFMG - Gênero, Feminismos e Violência pretende incentivar o debate sobre os progressos e desafios em relação à temática gênero, considerando a integralidade da vivência do ser mulher em uma sociedade machista, cisgênera, heteronormativa, com claros atravessamentos de classe e raça.

O GT 2 - Mulher, Política e Democracia acolheu trabalhos relacionados à participação e representação das diversas mulheres na política no contexto democrático, em um sentido amplo. Propõe-se a discussão sobre a importância de aumentar a ocupação de espaços de poder pelas mulheres, as medidas afirmativas e os desafios - entre eles, a cultura e estrutura patriarcal do sistema político-partidário e a violência política de gênero.

**CONSTRUINDO A REPÚBLICA: UMA PROPOSTA DAS FEMINISTAS  
FRANCESAS DO SÉCULO XIX**

**CONSTRUIRE LA RÉPUBLIQUE : UNE PROPOSITION DES FÉMINISTES  
FRANÇAISES DU 19ÈME SIÈCLE**

**Vanessa Pastorini <sup>1</sup>**

**Resumo**

A construção da República francesa se deu de forma lenta e, muitas vezes, contraditória. As mulheres tiveram participação ativa nos movimentos, mas foram muitas vezes deixadas de lado pela história. Neste trabalho, proponho revisitar algumas atuações femininas no cenário político da França do século XIX, lançando mão da semiótica discursiva. O objetivo consiste em chamar a atenção para esses personagens ofuscados, destacando a construção do que seria o ideal de uma República, postulado pela relação igualitária entre homens e mulheres.

**Palavras-chave:** História das mulheres, Semiótica, Feminismo francês, República

**Abstract/Resumen/Résumé**

La construction de la République française s'est faite de manière lente et souvent contradictoire. Les femmes ont participé activement aux mouvements, mais ont souvent été oubliées par l'histoire. Dans cet article, je propose de revisiter quelques performances féminines dans la scène politique française du XIXe siècle, en utilisant la sémiotique du discours. L'objectif est de souligner l'attention envers ces personnages éclipsés, en mettant en évidence la construction de ce qui serait l'idéal d'une République, postulée par la relation égale entre les hommes et les femmes.

**Keywords/Palabras-claves/Mots-clés:** Histoire des femmes, Sémiotique, Féminisme français, République

---

<sup>1</sup> Doutoranda

# **Construindo a República: uma proposta das feministas francesas do século XIX**

Vanessa Pastorini<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Doutoranda – USP (CAPES)

vanessa.pastorini@usp.br

## **INTRODUÇÃO**

Para se pensar na problemática da inserção da mulher no cenário político, é frutífero remontar a um passado longínquo, partindo dos desdobramentos da Revolução Francesa, em 1789. Da tomada da Bastilha a ida à Versalhes, em que fora exigido a presença do rei na capital francesa, as mulheres tiveram um papel preponderante para o desenrolar dos acontecimentos, algo não antes visto (HUFTON, 1999). Entretanto, apesar da forte atuação feminina nos confrontos, após a formulação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), as mulheres se viram novamente restritas às atividades do lar.

País da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, a França é, de fato, o penúltimo país do continente a ter concedido o direito de voto às mulheres, em 1944... ‘Todos os seres humanos nascem livres e iguais em direito e em dignidade’, dizia a Declaração do Homem e do Cidadão. Então, as mulheres não eram ‘seres humanos’? (PERROT, 1998, p. 120).

O cenário de luta das mulheres francesas se moldará a partir dessa dualidade, em que as cidadãs se veem autorizadas a atuarem na cena pública, mas apenas quando convocadas, visto que “[...] as mulheres [eram] chamadas a assegurar as funções familiares, mas, enquanto cidadãs, deve[riam] ultrapassá-las para se ocuparem da felicidade comum”. (DUBY; FRAISSE; PERROT, 1994, p. 37). Restritas ao âmbito do lar durante o dia, as mulheres são convocadas aos confrontos apenas quando os homens a autorizam a fazê-lo. Eis o resumo da vida dúbia de uma cidadã sem direitos.

Será apenas a partir da Revolução de 1848, com a abdicação de Luís Felipe I e início da Segunda República, que a presença feminina em discussões políticas ganhará densidade. Jeanne Deroin, associada ao movimento sansimonista, será a figura emblemática por questionar a construção do texto da Declaração. Em seus discursos, ao tomar como inspiração as propostas de Olympe de Gouges e a sua Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1793), Deroin reclama a urgência da presença das mulheres na política, lançando sua própria candidatura para a assembleia legislativa em 1848. Para ela e as demais sansimonistas, os homens não olham para as necessidades das mulheres, tal como os membros da burguesia não olham para os pertencentes às classes proletárias (SCOTT, 2002).

Apesar de malograda as iniciativas propostas por Jeanne Deroin, acrescida do avanço<sup>123</sup>

dos discursos da inferioridade biológica das mulheres, fomentados por Proudhon, algo positivo pôde ser observado. A necessidade reclamada por Deroin, de se pensar em formas de inserção feminina no cenário político, servirá como base para propostas feministas posteriores. É o caso dos discursos produzidos pela militante Hubertine Auclert, no âmbito da Terceira República, em 1871, também conhecida por ser a primeira mulher a se auto-declarar feminista (CHENUT, 2012).

Certa da necessidade de se lutar por uma sociedade mais justa e igualitária entre homens e mulheres, Auclert publicará o jornal *La Citoyenne*, em 1881. A pauta principal colocada pelo periódico era de que as mulheres também poderiam exercer seus direitos enquanto cidadãs, posto que o gênero em nada se relacionava com a faculdade política do ser humano (SCOTT, 2002). O jornal circulou entre 1881 a 1891, e sua atenção se voltou, portanto, quase exclusivamente para a questão da situação da mulher na sociedade. Entretanto, os últimos exemplares, publicados a partir do dia primeiro de fevereiro de 1891, chamam a atenção pela sua particularidade. Ao invés de se ter o editorial como primeira leitura, como comumente era feito, o jornal traz outro tipo de enunciado. O que se tem é a construção de um percurso a ser seguido, para aqueles que desejam que ‘República de nome se torne República de fato’ (*la République de nom devienne République de fait*).

De mulheres marginalizadas durante um longo período de tempo, vemos agora suas lutas convergidas para um tópico principal. Hubertine, ao buscar se alinhar a movimentos que almejassem, de forma assertiva, que as mulheres adquirissem direitos, concentra as suas energias naquilo que se tornará, progressivamente, o foco principal do feminismo: o *sufrágio* (KLEJMAN; ROCHEFORT, 1985).

## OBJETIVOS

Apresentada a síntese do cenário de luta das mulheres francesas do século XIX, o presente trabalho tem por objetivo compreender a construção da República postulada por esses personagens, a partir do material que elas produziam, conforme proclamado por Perrot (2015). Para a autora, o apagamento da história das mulheres, construído ao longo dos anos, demanda que nossa atenção se volte para conteúdos que esses personagens produziram, escapando do olhar masculino. Tomamos, nessa perspectiva, como *corpus* de análise a capa do jornal *La Citoyenne*, publicada no ano de 1891, em que se postula os elementos base para a construção de uma República que abrace, sem titubear, a causa das mulheres.

## SEMIÓTICA DISCURSIVA – UMA METODOLOGIA POSSÍVEL

Para a análise do enunciado selecionado, recorreremos à semiótica de linha francesa,<sup>124</sup>

também conhecida como semiótica greimasiana. Ao focar no nível da imanência, a semiótica nos permite escapar dos psicologismos do autor, oferecendo um olhar privilegiado sobre a materialidade discursiva por si própria. O texto, portanto, é compreendido como um todo de significação, e cabe à semiótica estudar “os mecanismos que o engendram, que o constituem como um todo significativo” (LARA; MATTE, 2009, p. 11). Isso não implica, contudo, ignorar a realidade que o circunda, dada a sua dupla constituição: “[o] texto é visto como um objeto linguístico, porque é um todo organizado de sentido, e um objeto histórico, porque se constitui em oposição a outro discurso, permitindo desvelar a cadeia histórica de sua produção (FIORIN; DISCINI, 2019, p. 202).

Composto a partir da junção entre um plano de conteúdo e um plano de expressão, cabe ao analista “descrever e explicar o que o texto diz e como faz para dizer o que diz” (LARA; MATTE, 2009, p. 11). Um mesmo conteúdo pode ser assumido por diferentes planos de expressão, podendo ser ele verbal ou não verbal. No caso do objeto escolhido, determos nossa atenção apenas sobre o plano de conteúdo, apreendido a partir do percurso gerativo de sentido, concebido por três níveis de profundidade. No primeiro, tem-se as categorias semânticas de base, responsáveis pela construção do discurso; no segundo, as categorias são assumidas por um sujeito, a partir de um simulacro da ação do homem no mundo, em busca de um objeto; por fim, no terceiro, as estruturas anteriores são assumidas por um sujeito da enunciação, actorializadas, temporalizadas e espacializadas, além de concretizadas por temas e figuras.

Em síntese, “[o]s níveis fundamental e narrativo são ‘universais’ culturais, são unidades virtuais discursivas que estão à disposição do falante para serem atualizadas, por meio da enunciação, no nível discursivo” (FIORIN; DISCINI, 2019, p. 184). Para a análise aqui proposta, nos deteremos no nível discursivo, encontrado na superfície do percurso, por ser este o local da materialização das representações ideológicas (FIORIN, 2005).

O esforço recairá, desta forma, no patamar da semântica discursiva ou nos temas e nas figuras, por representarem os traços característicos de uma dada época, constituindo uma maneira de ver o mundo numa dada formação social. Não apenas a construção de um dado grupo, nossa atenção se volta, ademais, para as estratégias de manipulação empregadas, no patamar narrativo-discursivo, do jogo persuasivo estabelecido entre o destinatário/enunciador-destinatário/enunciatário.

Por fim, é importante frisar que o percurso gerativo de sentido não é uma camisa de força, é antes um modelo de análise e de previsibilidade, “que apreende, de maneira fina, generalizações sócio-históricas (invariantes) e especificidades de cada texto no plano de conteúdo ou da expressão (variantes)” (FIORIN; DISCINI, 2019, p. 185). Os resultados obtidos são passíveis de serem interpretados à luz de outras teorias, ou, no caso deste trabalho, teorias feministas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O jornal *La Citoyenne* assume, desde seu primeiro número, uma postura mais assertiva no que se refere à exposição dos seus ideais: lutar contra as injustiças que recaem sobre as mulheres. O destinador, para persuadir o seu destinatário da precariedade da situação feminina, se vale de estratégias de manipulação específicas, sendo elas a: provocação, intimidação e tentação. Isso permite esboçarmos o programa narrativo principal, a partir da constante busca de um sujeito mulher pela conjunção com o seu objeto-valor, ou *direitos de cidadã*. Sujeito esse que vê toda a sua empreitada interpelada por um antissujeito, ora figurativizados como homem, ora como sendo a sociedade como um todo, que dificultam a realização da conjunção.

Passemos, agora, para o enunciado que nos interessa neste estudo em específico, a publicação feita pelo *La Citoyenne*, no ano de 1891. No enunciado, vemos o postulado daquilo que seria necessário para se ter uma República digna deste nome.

Para que a República de nome se torne de fato uma República, é necessário:

1. Que as mulheres, que foram mais da metade da nação, sejam submetidas às regras do direito comum;
2. Que o sufrágio restrito apenas aos homens seja atribuído às mulheres e se torne, desta forma, verdadeiramente universal;
3. Que a Constituição, sob à qual as mulheres estão submetidas como os homens, seja revisada por uma Assembleia composta por mulheres e homens;
4. Que o mesmo desenvolvimento físico e intelectual seja oferecido às mulheres e aos homens;
5. Que as mulheres tenham, como os homens, acesso a empregos e a todas as funções públicas;
6. Que o Estado atribua para um mesmo ofício um salário igual às mulheres e aos homens que emprega;
7. Que os tribunais e os júris tendo que julgar mulheres e homens sejam compostos de mulheres e de homens;

Fonte: *La Citoyenne*, 1891, tradução nossa<sup>1</sup>.

No texto, vemos um enunciador dirigido para um enunciatário amplo, mas que pode ser sintetizado como a sociedade francesa de forma ampla. No nível da semântica discursiva, é possível mapear a recorrência de figuras vinculadas às instituições, como o Estado, a Constituição, a Assembleia, os tribunais e os júris. O fazer uso de figuras ancoradas no mundo

---

<sup>1</sup> Acesso dia 28 de junho de 2021:  
<https://bibliotheques-specialisees.paris.fr/ark:/73873/pf0000538600/1891-11-15>



natural, “têm a função de persuadir o destinatário do texto, como um exemplo, modelo, ilustração e outras formas de argumentação” (BARROS, 2004, p. 14). Trata-se, em síntese, de um recurso empregado para manipular o enunciatário e levá-lo a crer e a fazer.

Ao esmiuçarmos os conteúdos recobertos pelas figuras, vemos, como tema principal, a interdição do espaço público que recaí, quase que exclusivamente, sobre o sexo feminino. O tema é, ademais, acompanhado de subtemas como: igualdade salarial, direito ao voto, composição das bancadas políticas por homens e mulheres e igualdade jurídica entre homens e mulheres.

A manipulação se dá, por fim, a partir de uma tentação, em que se tem a proposição dos passos a serem seguidos, para a concretização da tão idealizada República. O destinatário é incentivado a acordar o contrato que o leve a um querer-fazer, ou seja, querer atribuir direitos àquelas deixadas marginalizadas.

## CONCLUSÕES

O trabalho permitiu lançar luz sobre um período muitas vezes obscuro do feminismo francês, muitas vezes devido a ausência de uma material que permitisse, de fato, compreendermos as mulheres que viveram no período, bem como as lutas por elas empreendidas. Hooks (2018) afirma que “sentimento anti-homem estava muito presente entre as ativistas do início do feminismo, que reagiram com ira à dominação masculina” (p. 18), o que de fato fica evidente pela análise, mas não apenas restritos aos homens, como um sentimento dirigido à sociedade como um todo.

Por fim, uma República construída só por homens, como já assinalava Jeanne Deroin, dificilmente olhará para a causa das mulheres. Para que se possa pensar em uma mudança que, de fato, toque o cotidiano da cidadã comum, é preciso reivindicar o acesso aos demais estratos políticos da sociedade, tão restritos aos homens. Sem isso, como bem apresentado pelas lutas das feministas que vieram antes de nós, o que teremos é uma sociedade baseada na relação dominante/dominado. A mudança vem de baixo, mas também precisa ocorrer em cima.

## AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos à Isabelle Chagas, por me guiar pelos estudos de gênero e à CAPES, por ter financiado e continuar a financiar a minha pesquisa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, D.L.P. Publicidade e figurativização. *Alfa*, V. 48, n. 2, p. 11-31, 2004.  
CHENUT, H.H. *L'esprit antiféministe et la campagne pour le suffrage en France, 1880- 1914*. *Cahiers du Genre*, V. 52, n. 1, p. 51-73, 2012.  
DUBY, Georges; FRAISSE, Genevieve; PERROT, Michelle. *História das Mulheres no Ocidente: o século XIX*. Porto: Edições Afrontamento, 1994. 4v.

- FIORIN, J.L. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Editora Ática, 2005.
- FIORIN, J.L.; DISCINI, N. O uso linguístico: a pragmática e o discurso. In: FIORIN, J. L. (Org.). *Linguística? Que é isso*. São Paulo: Contexto, 2019.
- HOOKS, B. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.
- HUFTON, O.H. *Women and the Limits of Citizenship in the French Revolution*. Toronto: University of Toronto Press, 1999.
- KLEJMAN, L., ROCHEFORT, F. Le féminisme sous la troisième république: 1870- 1914. *Matériaux pour l'histoire de notre temps*, n. 1, p. 8-11, 1985.
- LARA, G.M.P.; MATTE, A.C.F. *Ensaio de semiótica: aprendendo com o texto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- PERROT, M. *Mulheres públicas*. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- PERROT, M. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2015.
- SCOTT, J. *A cidadã paradoxal : as feministas francesas e os direitos dos homens*. Florianópolis : Ed. Mulheres, 2002.